

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 104.493 - MG (2018/0276772-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : V H R N (MENOR)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário interposto por V. H. R. N., desafiando acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais – HC n. 1.0000.18.065315-6.

Depreende-se dos autos que, em 7 de novembro de 2016, o Magistrado singular proferiu sentença em que concedeu a remissão ao adolescente, cumulada com medida socioeducativa de liberdade assistida.

Em 22 de novembro de 2016, o menor foi encaminhado ao CREAS para a confecção de Plano Individual de Atendimento. Contudo, embora tenha comparecido a alguns atendimentos, o adolescente não assinou o mencionado plano, não tendo sido, tampouco, firmado termo de compromisso com o órgão conveniado para o cumprimento da medida socioeducativa.

Diante desse cenário, assinalando a superveniência da prescrição da pretensão executória da medida socioeducativa, impetrou a defesa *habeas corpus* no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Entretanto, os desembargadores integrantes da Sexta Câmara de Direito Criminal, por unanimidade de votos, denegaram a ordem.

No Superior Tribunal de Justiça, sustenta a Defensoria Pública que "embora a PSC tenha sido aplicada por meio de sentença proferida em 07/11/2016, já decorreram quase 02 (dois) anos sem que o recorrente tenha efetivamente iniciado o cumprimento da medida, o que autoriza concluir que, no caso, a pretensão executória já se encontra prescrita" (e-STJ fl. 108). Invoca, a propósito, o teor do enunciado 338 da Súmula desta Casa.

Diante disso, pede, em tema liminar, seja suspenso o mandado de busca e apreensão expedido em desfavor do recorrente. No mérito, busca o reconhecimento da prescrição da pretensão executória, declarando-se, em consequência, extinta a

punibilidade.

O pleito urgente foi indeferido (e-STJ fls. 121/122).

Informações prestadas às e-STJ fls. 126/136 e 141/143.

Parecer ministerial pela prejudicialidade do reclamo (e-STJ fl. 145).

É, em síntese, o relatório.

Consoante informações prestadas pelo Juízo da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Contagem/MG, "*atendendo a requerimento ministerial, foi proferida sentença, declarando a prescrição da pretensão executória em função do tempo transcorrido, nos termos do art. 109, VI, combinado com o art. 115, ambos do CP, sendo determinado o recolhimento do MBA*" (e-STJ fl. 131).

Dessarte, é patente que o presente recurso está prejudicado, haja vista a perda superveniente de objeto.

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator